

TRABALHO EM MARX: aspectos ontológicos e históricos*

*Fabiane Santana Previtali*¹

Introdução

Esta exposição sobre o trabalho em Marx tem como referência obras do autor, quais sejam: **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Primeiro Manuscrito - Trabalho Alienado, in: ERIC FROMM, *Conceito Marxista de Homem*. 1970) e **O Capital**, livro 1, Boitempo, 2013, capítulos 1 (A Mercadoria) e cap. 5 (Processo de trabalho e de Valorização).

Devo dizer ainda que minha leitura marxiana é fortemente influenciada pelas análises de Lukács e de Mészáros e, portanto, na perspectiva da centralidade do trabalho do ponto de vista ontológico e histórico. Tomo como referência também as análises do prof. Ricardo Antunes, em especial sua obra **Os Sentidos do Trabalho** (2000), o **Caracol e sua Concha** (2005) e mais recentemente, **O Privilégio da Servidão** (2018), **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV** (2019) e **Coronavírus** (2020). Boitempo Editorial.

1. A Ontologia do Trabalho

Analisamos aqui o trabalho numa dimensão ontológica, que é aquela dimensão estruturante que o trabalho tem na conformação do ser social, seja em sua gênese, no salto do ser pré-humano para o ser humano, seja na processualidade do mundo, na história concreta, seja no vir-a-ser, na medida em que o trabalho tem um papel por certo também transformador. Portanto essa perspectiva envolve 3 elementos: 1) o histórico, 2) a realidade concreta presente e 3) o futuro.

Por certo, essa compreensão não está presente em todos/as autores/as, há um debate aqui, o que nos obriga a nos posicionar epistemologicamente e teoricamente: a nossa referência é marxiana e lukacsiana. Nesta abordagem o trabalho - e podemos aqui acrescentar a educação - é a dimensão fundante do ser social. O trabalho é considerado atividade exclusivamente humana, meio de relação Homem/Mulher-Natureza.

Ele é um elemento de mediação entre o ser humano e a Natureza no processo de produção e reprodução de sua existência sociocultural. Para Marx (2013, p. 255):

*DOI – 10.29388/978-65-81417-67-3-0-f.15-22

¹ Texto para discussão apresentado em 01/07/2020 em reunião virtual do GPTES sob a pandemia.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a Natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se defronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem.

No processo de produção, o ser humano não apenas modifica o material através do qual deseja satisfazer suas necessidades, mas concretiza neste material um projeto anterior criado conscientemente. **O trabalho, portanto, tem uma dimensão de intencionalidade.** Primeiro, o homem e a mulher se constituíram como seres humano-sociais porque, diferentemente dos animais, eles perguntam. Partindo de fato objetivo, instintivo e biologicamente determinado como por exemplo, a fome, o ser humano pergunta: **como** eu vou suprir a fome? Caçando, coletando, pescando? O animal não pergunta. O animal supre a sua fome por sua natureza biológica. Ele é determinado pelo meio natural. O ser social não. O homem e a mulher perguntam. O como é fundamental porque implica nas escolhas dos meios para a satisfação das necessidades. Não uma escolha ideal, mas determinada pelas condições externas dadas. Com diz Marx (2013, p. 257), “o que diferencia as épocas econômicas, não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, com que meios de trabalho”.

Por isso é que Marx (2013, p. 255) diz:

[...] uma aranha executa operações semelhantes as do tecelão e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera.

O ser social, na sua relação com a Natureza, meio externo a ele, coloca em ação não apenas as suas potencialidades naturais, mas também retira as potencialidades existentes na natureza e as coloca a seu favor. O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos **com o nome de trabalho.** O ser humano cria a si mesmo, pelo trabalho, na sua relação com a Natureza, tornando-se humano-social em seu metabolismo com o Natureza.

É no momento em que o ser social interage com a natureza, alterando-a para a satisfação de suas necessidades essenciais e alterando concomitante sua própria natureza, que os homens e mulheres entram em relação uns com os outros/as com o mesmo fim e instituem relações sociais de produção. A essência humana não lhe é dada *à priori*, não está posta em seu ser. Ao contrário, a natureza humana é produzida pelos próprios seres humanos na relação histórica e dialética entre si e, ao mesmo tempo, com o meio natural.

Então, primeiro, não há trabalho para o ser humano sem o ato consciente de perguntar: (produzir como, o quê e para quem?) Segundo, o trabalho não é um ato individual, mas sim um ato coletivo. É no trabalho que o ser encontra os seus laços de sociabilidade mais profundos. E este trabalho, dotado de uma dimensão humano-social, como dizia Marx, é **trabalho concreto**, criador de coisas úteis, dotado de sentido humanizador, um trabalho criativo e emancipador. É um trabalho que, enquanto processo de trabalho reúne três momentos inter-relacionados: 1) o cognitivo, ou a atividade orientada para um fim ou ainda o trabalho propriamente dito; 2) o objeto do trabalho e 3) os meios do trabalho. Conforme Marx (2013, p. 257):

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem com a ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou e o produto é um fio.

Esse trabalho, orientado a um fim, resultante da apropriação do meio natural para satisfação das necessidades humanas, criador de coisas úteis mediante o metabolismo entre o ser humano-social e a natureza é condição universal da vida humana, portanto, independente de qualquer formação histórica particular. Importante reter aqui que a apropriação do meio natural não significa a destruição deste. Para Marx, o ser humano é, **ao mesmo tempo, natural e social**. A destruição da natureza, do mundo sensorial exterior, impede a relação metabólica e por isso é destrutiva do próprio ser. O ser social somente pode se desenvolver plenamente, coletiva e individualmente, na relação imbrica e imiscuída com o meio social. Para Marx (1970, p. 95):

Dizer que o homem vive da natureza significa que a natureza é o corpo dele, com o qual deve manter-se em contínuo intercâmbio a fim de não morrer. A afirmação de que a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes simplesmente significa

ser a natureza interdependente consigo mesma, pois o homem é parte dela.

O ser humano não pode prescindir da relação com a natureza, pois é exatamente nessa relação que **se torna humano**, que objetiva sua subjetividade pelo trabalho. O trabalho, portanto, constitui a **práxis social**, isto é, o conjunto das objetivações humanas num processo histórico e dialético e que permite ao ser social desenvolver suas capacidades, habilidades e conhecimentos, criar novas necessidades mediante uma intervenção consciente que transforma a si mesmo e o mundo.

Mas, por outro lado, é importante frisar que esse seu próprio desenvolvimento, marcado por crescente complexidade na relação com a natureza, leva ao seu distanciamento dela. Ou seja, quanto mais o ser social se humaniza, quanto mais se torna um ser social, tanto menos o ser natural é determinante em sua vida. No entanto, a Natureza exterior permanece como a totalidade da qual o ser humano faz parte.

Nesse sentido, o ser humano é, conforme Marx nos MEF, um “ente-espécie”, isto é, o ser que toma consciência de si e do mundo, um ser autoconsciente cuja própria vida torna-se um objeto para ele (MARX, 1970, p. 96). Nessa perspectiva, o trabalho não é, conforme Marx “**uma prescrição com a qual o ser social esteja plenamente identificado**” (MARX, 1970, p. 96). Importa reter essa observação pois nela reside todo o potencial infinitamente transformador e criativo do trabalho humano.

O trabalho humano é, portanto, ontológico, isto é, traz em si **a dimensão estruturante do ser social**. Ele é atividade vital, genérica e universal do processo de humanização. Disso resulta a centralidade do trabalho na vida do ser social, tanto do ponto de vista teórico-epistemológico, enquanto categoria explicativa do ser, quanto do ponto de vista **histórico-social**, enquanto forma social concreta. A partir da concepção genérica e ontológica do trabalho, passemos à análise da sua forma histórica, sob o capitalismo.

2. O trabalho na Concretude Histórica

Se o trabalho é trabalho concreto, criador de coisas úteis, materiais, para satisfação do corpo ou imateriais, para satisfação da mente, intrínseco à constituição do ser social e fonte de emancipação ele é também, ao mesmo tempo, na forma da sociedade de classes sob a vigência do capital, trabalho abstrato, alienação/ estranhado, fetichizado, determinado e explorado por outro.

Para Marx, o trabalho traz em si uma dualidade: ele é ao mesmo tempo criação e servidão. O trabalho pode ser, concomitantemente, ato de constituição do ser humano-social, e ato de (des)humanização. Esta máxima faz com que a centralidade do trabalho gire em torno de uma dupla dimensão, qual seja: de um

lado, **trabalho concreto**, produtor de valores de uso e de outro, **trabalho abstrato**, produtor de valores de troca e criador do mais-valor para o capital. Diz o autor, no O Capital, cap. 1, (p. 116):

Como valores de uso as mercadorias são, antes de tudo, de diferentes qualidades; como valores de troca elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso. Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. [...] Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e as formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato.

A partir da sociedade sob a égide do capital, o caráter útil do trabalho, a sua dimensão concreta, **tornam-se subordinados à dimensão abstrata do trabalho**, que obscurece as diferentes formas do trabalho concreto, assim como suas qualidades particulares, sendo apenas, segundo Marx, dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada para gerar mais-valor.

Para Marx, o trabalho abstrato alienado/estranhado, dimensão negativa presente no trabalho humano, expressa a coisificação do ser social e transforma a atividade vital livre e dirigida pelo indivíduo em unicamente **um meio** para a satisfação de uma necessidade, a sua existência física. É um trabalho de sacrifício e mortificação. Ele parte de um fato econômico contemporâneo para demonstrar essa afirmação:

[...] o trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento do valor do mundo das coisas (MARX, 1970, p. 90).

Mas “o que constitui a alienação do trabalho?”, pergunta Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (p. 93). Diz o autor:

Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar-se a si mesmo, ter um sentimento de

sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido”. (p. 93).

O trabalho se converte, assim, em mero meio de subsistência e torna-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade é valorizar o capital. Conforme Marx (2013), um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado trabalho humano abstrato e a grandeza de seu valor é dada pela quantidade de trabalho nele contido. A quantidade de trabalho, por sua vez, é medida por seu tempo de duração, como horas ou dias. No entanto, importa frisar, não se trata aqui do trabalho individual pois, neste caso, quanto mais tempo de trabalho despendido para a realização da mercadoria, maior o seu valor. Marx alerta que o trabalho que constitui a substância dos valores é o trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana, a força de trabalho conjunta da sociedade que, constituída de inúmeras forças de trabalho individuais e se torna **força de trabalho social média** que necessita de um tempo social médio para a produção da mercadoria.

Portanto, é apenas a quantidade de tempo que importa agora posto que o imperativo é a produção e a reprodução do capital e não a produção e reprodução das necessidades humano-sociais. Pode-se observar essa disjuntiva hoje, sob a pandemia, quando, sem nenhuma falsa modéstia, as personificações do capital exaltam a necessidade do trabalho em detrimento da vida. Num processo histórico e dinâmico, o capital operou uma separação entre ser humano-social e natureza o que resultou em trabalhadores/as desprovidos/as dos seus meios de produção. Separou o caracol de sua concha.

Enquanto propriedade de outro, o trabalho é tempo de trabalho socialmente necessário, força de trabalho despendida para produção de valores de uso quaisquer sob as condições de uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho. Cumpre salientar que, para Marx (1970, p. 100-102), a propriedade privada é, por um lado, produto do trabalho alienado e, por outro, o meio pelo qual o trabalho se torna alienado. Por essa razão Marx (2013), no capítulo 1 de O Capital, dirá que “mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor” (p. 117). Em outras palavras, tanto faz produzir **valor de uso sabonete** ou **valor de uso desinfetante**, eles terão o mesmo **valor de troca**, considerando-se o tempo de trabalho médio socialmente combinado.

Para Marx, cap. 1 (2013, p. 124):

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho fisiológica (corpo e mente) e graças a essa propriedade de trabalho igual ou abstrato é produtor de valores de troca. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de

trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim e nessa qualidade é produtor de coisas úteis, de valores de uso.

Na configuração social sob o capital, a relação social produtora de mercadorias adquire a forma de uma relação entre coisas, aflorando o caráter fetichista ou misterioso, qual seja: encobre as relações sociais de sua produção, do próprio trabalho, assumindo-as como próprias dos produtos do trabalho, das mercadorias. Nas palavras de Marx (2013, p. 147):

O caráter misterioso da mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre objetos, existente à margem dos produtores. [...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.

Importa assinalar que o trabalho abstrato e alienado/estranhado não está posto no trabalho humano, mas surge historicamente no âmbito da sociedade determinada pelo capital onde há a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios fundamentais de produção da riqueza social. Sob o imperativo do trabalho alienado/estranhado, tem-se a alienação do ser social em relação:

1- À sua natureza, na medida em que esta exprime a relação do ser social com o seu produto;

2 – À si mesmo, de sua própria função ativa no processo de trabalho, como auto-alienação;

3 – À sua espécie, do seu ser genérico de tal forma que não se reconhece como membro da espécie humana e transforma a vida da espécie em vida individual, transformando esta última em uma abstração.

4 – Aos outros seres sociais, pois uma consequência direta da alienação dos homens e mulheres com relação ao produto de seu trabalho é que um homem/mulher é alienado/a por outros. Nessa relação, cada ser social encara os demais de acordo com a posição social em que se encontra.

Nas palavras de Marx (1970, p. 97): “de maneira geral, a declaração de que o homem é alienado em sua vida-espécie significa que cada homem é alienado por outros, e cada um dos outros é alienado da vida humana”.

A alienação é, portanto, um fenômeno histórico-social e exprime a negação do Ser Social na medida em que expropria do ser o seu próprio ser, isto é, o trabalho. A alienação que é sempre também auto-alienação traz consigo também, ao mesmo tempo, a desalienação ou transcendência conforme Mészáros, isto é, da

negação e superação da alienação, o que somente é possível por meio de sua própria atividade vital, o trabalho dotado de sentido.

Conclusão

Do que foi indicado acima, depreende-se, na direção do que Antunes vem apontando em suas obras, que é vital conceber uma forma de sociabilidade que recuse o trabalho abstrato alienado/estranhado e que seja resgatado o sentido original do trabalho como atividade dotada de sentido humano-social. Esse é o desafio imperioso de nosso tempo dada a crise do capitalismo neoliberal-financeiro e da indústria 4.0, cuja expressão mais atual e profunda se apresenta sob a pandemia do Covid-19. A crise viral resulta dos processos estruturais destrutivos da vida sob o capitalismo e, ao mesmo tempo, coloca em questão os pilares da economia burguesa, sua ideologia e sua forma de Estado.

Nesse contexto, conforme Antunes (2020, p. 503), novas lutas sociais se apresentam no seio da classe trabalhadora e demonstram que o:

[...] sistema de metabolismo social do capital destrói o trabalho, destrói a natureza e, conseqüentemente, a humanidade. É preciso inventar um outro sistema de metabolismo verdadeiramente social e, portanto, contrário aos imperativos expansionistas, incontroláveis e destrutivos do sistema de capital. Isso vale também quando refletimos sobre a liberdade substantiva, a emancipação efetiva, o gênero, o racismo, a homofobia, o sexismo, a xenofobia, o culto da ignorância etc.

Referencias

MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Primeiro Manuscrito - Trabalho Alienado, in: ERIC FROMM, **Conceito Marxista de Homem**. Rio de Janeiro: Zahar. 1970.

MARX, K. **O Capital**, livro 1, São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo. 2000.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo. 2018

ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo. 2019.

ANTUNES, R. **Coronavírus**. São Paulo: Boitempo. 2020.